

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Aviso n.º 5851/99 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público, que esta Câmara Municipal, em cumprimento do despacho do presidente desta Autarquia, datado de 9 de Julho corrente, celebrou nos termos da alínea d) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, contratos a termo certo pelo período de um ano, com as assistentes administrativas, Sónia Marina Gonçalves Lucas Pereira, Cláudia Patrícia Oliveira Alves e Vanda Isabel Costa Figueiredo.

Os contratos tiveram início no dia 12 de Julho de 1999.

14 de Julho de 1999. — O Vereador substituto do Presidente da Câmara, João Manuel de Jesus Lobo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Aviso n.º 5852/99 (2.ª série) — AP. — *Rescisão de quatro contratos de trabalho a termo certo.* — No cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foram rescindidos os contratos de trabalho a termo certo na categoria de serventes a partir do dia 1 de Julho de 1999 com António Dinis Gonçalves, António Dinis Alves, Eduardo Augusto de Freitas Silva Barros e Manuel dos Anjos Souto Leal.

14 de Julho de 1999. — O Vereador Responsável, Alfredo P. C. Mendonça.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE-MOR-O-NOVO

Aviso n.º 5853/99 (2.ª série) — AP. — *Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Concelho de Montemor-o-Novo.* — Nos termos da lei, torna-se público que a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, em sua sessão de 30 de Junho de 1999, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião ordinária de 28 de Abril de 1999, aprovou o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Concelho de Montemor-o-Novo.

21 de Julho de 1999. — O Presidente da Câmara, Carlos Pinto de Sá.

Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Concelho de Montemor-o-Novo**Preâmbulo**

O Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água da vila de Montemor-o-Novo e Povoações de Cabrela, Escoural, Lavre e São Cristóvão, único Regulamento de abastecimento de água actualmente em vigor na área do município de Montemor-o-Novo, encontra-se em largos aspectos desajustado da realidade dos nossos dias.

De facto, desde a data de publicação do referido regulamento (em 8 de Maio de 1964) e até ao tempo presente, várias foram as alterações ocorridas no domínio da gestão e do abastecimento público de água por parte da Câmara Municipal, sendo de salientar, por um lado, o significativo alargamento da rede, tendo em vista o propósito de abastecimento público de um número cada vez maior de municípios, enquanto que, por outro lado, se tem procurado garantir uma crescente qualidade da água e das condições do seu fornecimento.

Por outro lado ainda, também no plano legislativo algumas iniciativas foram levadas a efeito, assumindo neste domínio particular significado a publicação do Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, e do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, diplomas que reclamam, também eles, uma actualização do normativo regulamentar municipal neste domínio de actuação.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e fazendo uso da competência prevista na alínea a) do n.º 3 e na alínea a) do n.º 4, ambas do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, é apro-

vado o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água de Montemor-o-Novo, o qual se rege pelas disposições seguintes:

CAPÍTULO I**Disposições gerais****Artigo 1.º****Noções**

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se:

- 1) Rede geral de distribuição de água — o sistema de canalizações instaladas na via pública, cujo funcionamento esteja em conexão com o serviço de distribuição de água;
- 2) Ramal de ligação — é o troço de canalização privativa do serviço de abastecimento de um prédio, compreendido entre os limites do prédio e a rede geral de canalização em que estiver inserido, ou entre a rede geral e qualquer dispositivo de corte geral do prédio instalado na via pública.
 - a) Os ramais de ligação em cujo prolongamento sejam instaladas bocas de incêndio ou torneiras de suspensão, colocadas nas fachadas exteriores ou em muros de contorno dos prédios de confrontação directa com a via pública, considerar-se-ão limitados por esses dispositivos;
- 3) As canalizações dividem-se em exteriores e interiores:
 - a) São exteriores — as canalizações da rede geral de distribuição, quer fiquem situadas na via pública quer atravessem propriedades particulares em regime de servidão, e os ramais de ligação dos prédios;
 - b) São interiores — as canalizações estabelecidas para abastecimento privativo dos prédios, desde o seu limite até aos locais de utilização de água dos vários andares, com tudo o que for necessário ao seu correcto funcionamento, inclusive os dispositivos e aparelhos de utilização de água, com exclusão dos contadores;
- 4) Consumidor ou utente — qualquer ocupante ou morador de um prédio que disponha de um título legítimo de ocupação do mesmo e que utilize o serviço de abastecimento municipal de água, mediante contrato celebrado com a Câmara Municipal.

Artigo 2.º**Âmbito de fornecimento**

1 — A Câmara Municipal fornecerá água potável para consumo doméstico, industrial, comercial, público ou outro, aos prédios situados nas zonas do concelho servidas pela rede geral de distribuição.

2 — Os pedidos de instalação de ramais de ligação que exijam prolongamento da rede de distribuição existente, serão executados pela Câmara Municipal se forem exequíveis do ponto de vista técnico e financeiro. No caso de ser recusada a ligação por motivos económico-financeiros, o interessado ou interessados poderão solicitar que aquela ligação e prolongamento sejam realizados a expensas suas.

3 — No caso de essa extensão vir a ser utilizada para o abastecimento de outros consumidores, a Câmara Municipal regulará a indemnização a conceder a quem custeou a instalação.

4 — As canalizações da rede geral de distribuição instaladas nas condições deste artigo, ficarão sendo propriedade do município de Montemor-o-Novo.

Artigo 3.º**Abastecimentos prioritários**

O abastecimento de água às indústrias não alimentares e a instalações com finalidade de rega agrícola, fica condicionado à existência de reservas que não ponham em causa o consumo da população, dos serviços de saúde e de outros serviços públicos.

Artigo 4.º

Carácter ininterrupto do serviço

A água será fornecida ininterruptamente, excepto por razões de obras programadas ou em casos fortuitos ou de força maior, não tendo os consumidores, nestes casos, direito a qualquer indemnização. No caso de interrupção devida à realização de obras programadas, a Câmara Municipal informará previamente os consumidores desse facto.

Artigo 5.º

Obrigações da Câmara Municipal

São obrigações da Câmara Municipal:

- Providenciar pela elaboração dos estudos e projectos dos sistemas públicos;
- Manter eficientemente e zelar pelo bom funcionamento de todos os órgãos do sistema;
- Submeter os componentes dos sistemas de distribuição de água, antes de entrarem em serviço, a ensaios que assegurem a perfeição do trabalho executado;
- Garantir que a qualidade da água distribuída para consumo doméstico em qualquer momento possua as características que a definam como água potável, quer efectuando todos os tratamentos necessários à água distribuída quer verificando ou mandando verificar laboratorialmente a sua potabilidade, de acordo com as normas e parâmetros legais e com a periodicidade imposta pela legislação em vigor;
- Remodelar e ampliar todos os órgãos do sistema, quando necessário e dentro das suas possibilidades, bem como instalar, substituir e renovar os ramais de ligação ao sistema;
- Dar conhecimento público, nos termos legais, do resultado das análises efectuadas para controlo da qualidade da água fornecida.

Artigo 6.º

Captações de águas

Qualquer que seja a sua finalidade, a captação de águas superficiais ou subterrâneas, designadamente através da utilização de poços ou minas captantes, está sujeita à obtenção de um título adequado junto das autoridades competentes, nos termos da lei, e ainda às limitações e restrições eventualmente decorrentes do Plano Director Municipal de Montermor-o-Novo.

CAPÍTULO II

Obrigatoriedade de ligação à rede pública de abastecimento canalizações e repartição de encargos

Artigo 7.º

Obrigatoriedade de ligação e de pagamento. Sanções. Intimação. Pagamento em prestações. Prédios situados em zonas não abrangidas pela rede de distribuição. Requisição pelos inquilinos. Cobrança coerciva. Usufrutuários. Obrigatoriedade de consentimento para ocupação de terrenos durante a execução dos trabalhos. Eventual indemnização.

1 — Dentro da área abrangida, ou que venha a sê-lo, pelas redes de distribuição de água, os proprietários dos prédios existentes são obrigados a instalar por sua conta as canalizações interiores respectivas e a pagar os ramais de ligação dos prédios à rede pública de abastecimento à Câmara Municipal, que cobrará o respectivo custo, calculado caso a caso em função dos materiais utilizados, da mão-de-obra empregue e de outros encargos devidamente discriminados.

2 — Apenas são isentos da obrigatoriedade de ligação à rede pública os prédios cujo mau estado de conservação ou manifesta ruína os tornem inabitáveis e estejam de facto permanente e totalmente desabitados.

3 — Aos proprietários de prédios que, depois de devidamente intimados, não cumpram a obrigação imposta no n.º 1 dentro do prazo de 30 dias a contar da data da notificação, será aplicada coima nos termos previstos no presente Regulamento, podendo ainda a Câmara Municipal mandar executar aqueles trabalhos, cabendo ao proprietário o pagamento da respectiva despesa, até 30 dias após a emissão da correspondente factura.

4 — Em caso de comprovada debilidade económica dos proprietários ou usufrutuários dos prédios, quando pessoas singulares, poderá ser autorizado, se nesse sentido for requerido no prazo de oito dias a contar da data da factura, que o pagamento respectivo seja efectuado até 12 prestações mensais iguais, a vencer no último dia de cada mês.

5 — Quando tiver sido autorizado o pagamento em prestações e alguma destas não seja paga até à data do seu vencimento, considerar-se-ão também vencidas as restantes prestações.

6 — Relativamente aos prédios situados fora dos arruamentos ou zonas abrangidas pelas redes de distribuição, a Câmara Municipal analisará cada situação e fixará pontualmente as condições em que poderá ser estabelecida a ligação, tendo em consideração os aspectos técnicos e financeiros envolvidos, podendo impor ao interessado o pagamento total ou parcial das respectivas despesas.

7 — As canalizações exteriores estabelecidas nos termos do número anterior serão em qualquer caso propriedade exclusiva da Câmara Municipal, mesmo que a instalação tenha sido feita a expensas dos consumidores interessados.

8 — Se o prédio se encontrar em regime de usufruto, competem aos usufrutuários as obrigações que este artigo atribui aos proprietários.

9 — De acordo com os artigos 1.º e 2.º e seu § único, do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944, os proprietários, arrendatários ou a qualquer título possuidores dos terrenos em que hajam de realizar-se trabalhos de infra-estruturas, ou dos terrenos que a esses dêem acesso, são obrigados a consentir na sua ocupação e trânsito, bem como na execução de escavações e assentamento de tubagem e acessórios enquanto durarem os trabalhos.

10 — Pela utilização temporária dos terrenos para os efeitos indicados no número anterior somente será devida indemnização quando da utilização resulte diminuição transitória ou permanente do rendimento efectivo dos terrenos.

Artigo 8.º

Estabelecimento e alteração das canalizações exteriores. Danos provocados por terceiros

1 — Compete à Câmara Municipal instalar ou mandar instalar as canalizações exteriores, as quais ficam a constituir propriedade sua.

2 — Pelo estabelecimento e alteração dos ramais de ligação a pedido dos proprietários ou usufrutuários serão cobradas as importâncias correspondentes aos materiais utilizados, mão-de-obra e outros encargos.

3 — A conservação e reparação das canalizações exteriores, bem como a renovação dos ramais de ligação, são da competência da Câmara Municipal. Porém, no caso de estas canalizações serem danificadas por terceiros, o autor material do dano será directamente responsável pelo pagamento de todas as importâncias relativas à respectiva reparação que lhe venham a ser apresentadas pela Câmara Municipal.

Artigo 9.º

Execução e alteração das canalizações interiores

1 — As canalizações interiores são executadas de harmonia com o projecto previamente aprovado pela Câmara Municipal, nos termos legais e regulamentares em vigor.

2 — Competem aos proprietários ou usufrutuários dos prédios a execução, renovação, remodelação e reparação destas canalizações.

CAPÍTULO III

Traçado e inspecção de instalações

Artigo 10.º

Conteúdo mínimo do projecto de canalização interior. Memória descritiva

Sem prejuízo de outras disposições legais em vigor, o projecto a que se refere o artigo anterior compreenderá:

- Memória descritiva, donde conste a indicação dos dispositivos de utilização de água e seus sistemas de controlo, calibres e condições de assentamento das canali-

zações, natureza de todos os materiais e acessórios e, no caso de habitações multifamiliares, do respectivo cálculo hidráulico da coluna montante;

- b) Peças desenhadas necessárias à representação do trajecto seguido pelas canalizações com indicação dos calibres dos diferentes troços e dos dispositivos de utilização de água.

Artigo 11.º

Elaboração do projecto. Indicações fornecidas pela Câmara Municipal

1 — O projecto de execução das canalizações de distribuição interior será feito por técnicos devidamente habilitados.

2 — Para efeito do número anterior, a Câmara Municipal indicará, a solicitação dos interessados, o calibre do ramal de ligação e a pressão disponível na canalização da rede geral no ponto de ligação do prédio a abastecer.

Artigo 12.º

Fiscalização da execução de instalações de distribuição interior

A execução das instalações de distribuição interior fica permanentemente sujeita à fiscalização da Câmara Municipal, e deve ser feita com as canalizações e respectivos acessórios à vista, com o intuito de verificar se a obra foi executada de acordo com projecto previamente aprovado.

Artigo 13.º

Início e fim de execução da obra. Vistoria e ensaio. Certificação

1 — O técnico responsável pela execução da obra deverá comunicar por escrito o seu início e fim à Câmara Municipal para efeitos de fiscalização, vistoria e ensaio de estanquidade, para o que pagará os custos constantes da tabela de taxas e tarifas.

2 — A comunicação do início da obra deverá ser feita com a antecedência mínima de cinco dias úteis.

3 — A Câmara Municipal efectuará as vistorias, parciais ou final, fiscalizando a realização dos ensaios das canalizações no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da recepção da comunicação do fim da obra, na presença do seu técnico responsável, sendo todos os ramais de abastecimento do prédio selados nos cinco dias úteis imediatos.

4 — Depois de efectuadas as vistorias e os ensaios a que se refere o número anterior, a Câmara Municipal certificará a aprovação da obra, desde que a mesma tenha sido executada nos termos do projecto aprovado e satisfeito as condições do ensaio. A certificação será emitida no prazo de 10 dias úteis após a aprovação da obra e não depende de requerimento do interessado, que deverá depois desse prazo levantar no serviço competente da Câmara Municipal o documento comprovativo, a fim de o apresentar aquando da vistoria de habitabilidade.

Artigo 14.º

Incumprimento das condições do projecto. Notificação do responsável

1 — Quer durante a construção, quer após os actos de inspecção e ensaio a que se refere o artigo anterior, a Câmara Municipal deverá notificar, por escrito, no prazo de cinco dias úteis, o técnico responsável pela obra, sempre que verifique a falta de cumprimento das condições do projecto ou insuficiências verificadas pelo ensaio, indicando as correcções a fazer.

2 — Após comunicação do técnico responsável, da qual conste que estas correcções foram feitas, proceder-se-á a nova inspecção e ensaio dentro dos prazos anteriormente fixados.

Artigo 15.º

Ligação à rede geral. Licenciamento de utilização de novos prédios

1 — Nenhuma canalização de distribuição interior poderá ser ligada à rede geral de distribuição sem que satisfaça todos os requisitos legalmente exigíveis.

2 — A licença de utilização de novos prédios só poderá ser concedida pela Câmara Municipal depois de a ligação à rede pública estar concluída e pronta a funcionar.

Artigo 16.º

Canalizações de distribuição interior. Responsabilidades não imputáveis à Câmara Municipal

O projecto das canalizações de distribuição interior não envolve qualquer responsabilidade para a Câmara Municipal por danos motivados por roturas nas canalizações ou por mau funcionamento dos dispositivos de utilização, uma vez que o mesmo é da responsabilidade exclusiva do projectista, de acordo com a lei.

Artigo 17.º

Inspecção de canalizações

1 — As canalizações de distribuição interior já existentes ou que venham a ser ampliadas após a entrada em vigor do presente Regulamento, poderão ser inspeccionadas pela Câmara Municipal sempre que esta o julgue conveniente, independentemente de qualquer aviso.

2 — Quando expressamente notificados para tal efeito, os proprietários ou usufrutuários dos prédios são obrigados a facilitar e facilitar ao pessoal credenciado da Câmara Municipal o acesso às instalações a inspecionar.

3 — Os proprietários ou usufrutuários serão intimados a mandar efectuar as reparações e ou alterações consideradas necessárias nas canalizações inspeccionadas, valendo a partir da data da intimação o disposto nos artigos 9.º e 16.º deste Regulamento.

Artigo 18.º

Proibição de ligações não autorizadas. Protecção dos dispositivos de utilização de água potável

1 — É proibida a ligação entre um sistema de distribuição de água potável e qualquer sistema de drenagem que possa permitir o retrocesso de efluentes nas canalizações daquele sistema.

2 — Nenhuma bacia de retrete, urinol ou outro depósito ou recipiente insalubre poderá ser ligado directamente a um sistema de canalização de água potável, devendo ser sempre interposto um dispositivo isolador em nível superior àquelas utilizações, de forma a não haver possibilidade de contaminação da água potável.

3 — Todos os dispositivos de utilização de água potável, quer em prédios, quer na via pública, deverão ser protegidos, pela natureza da sua construção e pelas condições da sua instalação, contra a contaminação da água, de acordo com a legislação vigente sobre esta matéria.

Artigo 19.º

Obrigatoriedade de independência da rede de distribuição interior

1 — A rede de distribuição interior de um prédio utilizando água potável da rede geral de distribuição deve ser completamente independente de qualquer sistema de distribuição de águas particulares, de poços, minas ou outros, sob pena de interrupção do fornecimento de água potável.

2 — Além da interrupção do fornecimento de água potável, a não observância do disposto no número anterior faz incorrer o consumidor em responsabilidade contra-ordenacional, punida com coima nos termos do presente Regulamento.

Artigo 20.º

Proibição de ligação a depósitos de recepção no interior dos prédios. Salvaguarda de casos especiais

Não é permitida a ligação directa da água fornecida a depósitos de recepção que existam nos prédios e donde derive depois a rede de distribuição interior, salvo em casos especiais, em que tal solução se imponha por razões técnicas ou de segurança, que a Câmara Municipal aceite. Nestes casos, deverão ser tomadas pelos consumidores todas as medidas necessárias para que a água não se contamine nos referidos depósitos de recepção, designadamente procedendo à sua limpeza e desinfecção anuais, devendo dar conhecimento prévio à Câmara Municipal,

com a antecedência mínima de 15 dias, da data prevista para realização de tais trabalhos, afim de que esta possa, querendo, acompanhar a realização de tais operações.

CAPÍTULO IV

Fornecimento de água

Artigo 21.º

Aparelhos de medida. Exclusão do fornecimento

1 — A água será fornecida através de contadores, competindo à Câmara Municipal a sua instalação e selagem.

2 — A Câmara Municipal poderá interromper o fornecimento de água aos prédios ou fracções em que existam débitos por regularizar.

Artigo 22.º

Contratos de fornecimento. Abandono da instalação

1 — O fornecimento de água ao consumidor será feito mediante contrato com a Câmara Municipal, lavrado em modelo próprio nos termos legais. A duração dos contratos estabelecidos para fornecimento a obras terá como limite a vigência da correspondente licença.

2 — Do contrato celebrado será entregue uma cópia ao consumidor.

3 — O consumidor é responsável pelos débitos não satisfeitos relativos a qualquer instalação, ainda que dela se tenha ausentado temporária ou definitivamente, enquanto não for denunciado o contrato de fornecimento e a Câmara Municipal não proceder à leitura final do contador e ao respectivo acerto de contas.

4 — Quando um consumidor pretenda fazer cessar o contrato de fornecimento de água, deve comunicar o facto à Câmara Municipal, que procederá, no prazo máximo de cinco dias contados a partir dessa comunicação, à leitura final do contador e à interrupção do fornecimento.

Artigo 23.º

Pagamentos devidos pela ligação de água

1 — As importâncias a pagar pelos interessados à Câmara Municipal para ligação do ramal de abastecimento de água, são as correspondentes a:

- a) Custos de instalação de ramal;
- b) Custos de ligação e ensaios das instalações interiores;
- c) Depósito de garantia, nos termos do artigo 24.º;
- d) Taxa de colocação ou transferência do contador.

2 — Os quantitativos a pagar nos termos das alíneas a), b) e d), são os que constarem da tabela de taxas e tarifas em vigor no município de Montemor-o-Novo.

Artigo 24.º

Caução. Isenções. Actualização ou reforço do depósito de garantia. Reembolso. Reversão a favor da Câmara Municipal. Fiadores. Cessação da fiança. Substituição da fiança por depósito de garantia.

1 — Para garantia do pagamento do consumo de água e aluguer de contador, os consumidores serão obrigados a prestar caução.

2 — A caução será prestada por depósito em dinheiro, que não vencerá juros, sendo os diferentes montantes que a mesma poderá revestir aprovados pela Câmara Municipal e inscritos na respectiva tabela de taxas e tarifas.

3 — Excluem-se do n.º 1 os serviços do Estado, do município, das freguesias e as pessoas colectivas de utilidade pública.

4 — A Câmara Municipal poderá exigir a actualização ou reforço do depósito de garantia quando tiver interrompido fornecimento de água por falta de pagamento atempado das respectivas facturas.

5 — O depósito será reembolsado somente a partir do termo do contrato de fornecimento, se não houver qualquer débito a deduzir. Caso existam débitos de consumo não pagos, poderão ser utilizados, para o seu pagamento, todos os depósitos de garantia existentes em nome do mesmo consumidor, ainda que respeitantes a outras instalações.

6 — Quando o depósito de garantia, ou o seu remanescente, não for levantado dentro do prazo de dois anos, contados a partir

da data de cessação do contrato de fornecimento, considerar-se-á abandonado, revertendo a favor da Câmara Municipal.

7 — Nos casos em que, antes da entrada em vigor deste Regulamento, a garantia tenha sido prestada por fiador, sempre que este comunique por escrito à Câmara Municipal a sua indisponibilidade para continuar a prestar fiança a qualquer consumidor, ou em caso de falecimento do fiador, da realização de novo contrato ou de interrupção do fornecimento por falta de pagamento, o consumidor afiançado será obrigado a prestar caução nos termos do n.º 2 deste artigo.

8 — No prazo de cinco anos a contar da data da entrada em vigor do presente Regulamento, ficam os consumidores obrigados a substituir a fiança que constar do n.º 2 do respectivo contrato por depósito de garantia, a constituir nos termos do artigo 24.º Decorrido aquele prazo, a Câmara Municipal poderá mandar interromper o fornecimento de água às instalações ocupadas por consumidores que não tenham dado cumprimento a esta disposição.

Artigo 25.º

Levantamento do depósito de garantia

A Câmara Municipal passará recibos das cauções em dinheiro, sendo suficiente a sua apresentação para o levantamento do depósito, nos termos do n.º 5 do artigo anterior. A Câmara Municipal poderá ainda restituir o depósito de garantia, ou o seu remanescente, ao consumidor que o efectuou ou a indivíduo por si mandatado para o efeito.

Artigo 26.º

Quitação

Do levantamento do depósito será passado recibo, no qual deverá ser registada a identificação daquele que procedeu ao seu levantamento, que o assinará na presença de funcionário da Câmara Municipal, assim dando quitação da importância recebida.

Artigo 27.º

Outras responsabilidades não imputáveis à Câmara Municipal. Interrupção programada do fornecimento

1 — A Câmara Municipal não assume qualquer responsabilidade pelos prejuízos que possam sofrer os consumidores em consequência de perturbações nas canalizações das redes de distribuição ou de interrupção do fornecimento de água por avarias ou por motivos de obras que exijam a suspensão do abastecimento e de outros casos fortuitos ou de força maior, bem como por defeitos ou avarias nas instalações particulares.

2 — Quando haja necessidade de interromper o fornecimento por um período superior a seis horas para realização de obras previstas, a Câmara Municipal avisará os consumidores, por intermédio dos meios de comunicação mais adequados.

3 — Compete aos consumidores tomar, em todos os casos, as providências necessárias para evitar os acidentes que possam resultar das perturbações no abastecimento.

Artigo 28.º

Fugas ou perdas de água nas canalizações interiores

1 — Os consumidores são responsáveis por todo o gasto de água em fugas ou perdas nas canalizações de distribuição interior e dispositivos de utilização.

2 — Nos casos em que se comprove não ter havido má fé e o custo resultante da perda de água for significativo, poderá ser autorizado o pagamento dos encargos inerentes no máximo de 12 prestações mensais, não sujeitas a juros.

Artigo 29.º

Interrupção do fornecimento de água

1 — A Câmara Municipal poderá interromper o fornecimento de água nos casos seguintes:

- a) Quando o serviço público o exija;
- b) Quando haja avarias ou obras nas canalizações de distribuição interior, nas instalações das redes gerais de distribuição e em todos os casos de força maior que o exijam;
- c) Quando as canalizações de distribuição interior deixem de oferecer condições de salubridade;
- d) Por falta de pagamento dos débitos de consumo;

- e) Por impossibilidade de inspecção das canalizações e de efectuar qualquer leitura, verificação, substituição ou levantamento do contador;
- f) Quando o contador for encontrado viciado ou for utilizado meio fraudulento para consumir água;
- g) Quando o sistema de distribuição interior tiver sido modificado sem prévia aprovação do seu traçado;
- h) Quando o contrato de fornecimento de água não esteja em nome do consumidor efectivo e este, após ter sido avisado, não tenha regularizado a situação no prazo fixado pela Câmara Municipal para esse efeito;
- i) Quando o consumidor não efectuar no prazo indicado pela Câmara Municipal a actualização ou o reforço do depósito de garantia previsto no n.º 4 do artigo 24.º;
- j) Ao fiador, por falta de cumprimento das suas obrigações enquanto tal;
- k) Aos proprietários ou usufrutuários dos prédios, por falta de cumprimento do disposto no artigo 38.º;
- l) Nas situações previstas no n.º 3 do artigo 7.º

2 — A interrupção do fornecimento de água a qualquer consumidor com fundamento nas alíneas d), e) e f) do n.º 1 deste artigo só pode ter lugar nos termos do artigo 43.º, após aviso por escrito de acordo com a lei, podendo ser imediata nos casos previstos nas restantes alíneas. Os consumidores com fiança ficam desde logo obrigados ao disposto no n.º 7 do artigo 24.º deste Regulamento.

3 — Além da interrupção do fornecimento de água, a Câmara Municipal poderá mandar retirar os contadores afectos aos consumidores incursos no n.º 1 deste artigo, quer ocupem ou não a instalação onde se verifique o débito.

4 — As interrupções do fornecimento com fundamento em factos imputáveis aos consumidores não os isentam do pagamento do aluguer de contador.

5 — O restabelecimento de ligações interrompidas por facto imputável ao consumidor, só terá lugar após ter sido resolvida a situação que lhe deu origem e pagas as importâncias devidas pelo restabelecimento.

Artigo 30.º

Utilização do depósito de garantia como caução para novo contrato

Sempre que os consumidores denunciem um contrato de fornecimento de água e celebrem de imediato com a Câmara Municipal novo contrato para o mesmo fim, poderão, caso não tenham qualquer débito para com a Câmara Municipal, utilizar como caução, para este contrato o depósito de garantia anteriormente constituído, suportando apenas a eventual diferença para o montante em vigor à data de realização do novo contrato.

CAPÍTULO V

Contadores

Artigo 31.º

Características metroológicas, tipo e calibre dos contadores

1 — Os contadores a instalar obedecerão às qualidades, características metroológicas e condições de instalação estabelecidas nas normas portuguesas aplicáveis, emitidas pelas autoridades competentes, e serão dos tipos e calibres autorizados para ser utilizados na medição de água, nos termos da legislação vigente.

2 — O calibre dos contadores a instalar será fixado pela Câmara Municipal de harmonia com o consumo previsto, com as condições normais de funcionamento e com as características da rede de incêndio particular.

Artigo 32.º

Localização e instalação dos contadores

1 — Os contadores serão colocados em lugares definidos pela Câmara Municipal, e em local acessível a uma leitura regular, com protecção adequada que garanta a sua boa conservação e normal funcionamento.

2 — As dimensões das caixas ou nichos destinados à instalação dos contadores deverão permitir um trabalho regular de substituição ou reparação local e, bem assim, que a sua visita e leitura se possam fazer em boas condições.

Artigo 33.º

Responsabilização do consumidor pelo contador instalado, colocação provisória de outro contador

1 — Todo o contador instalado fica sob a fiscalização imediata do consumidor respectivo, o qual avisará a Câmara Municipal logo que reconheça que o contador impede o fornecimento de água, conta deficientemente, tem os selos danificados ou apresenta qualquer outro defeito.

2 — O consumidor responderá por todo o dano, deterioração ou perda do contador, mas a responsabilidade do consumidor não abrange o desgaste resultante do seu uso normal.

3 — O consumidor responderá também pelos prejuízos resultantes de inconvenientes ou fraudes que forem verificados em consequência do emprego de qualquer meio capaz de influir no funcionamento ou marcação do contador.

4 — A Câmara Municipal poderá proceder à verificação do contador, à sua reparação ou substituição ou ainda à colocação provisória de um outro contador quando o julgar conveniente, sem qualquer encargo para o consumidor.

Artigo 34.º

Verificação periódica e extraordinária dos contadores. Correção dos valores de consumo

1 — Independentemente das verificações periódicas estabelecidas, tanto o consumidor como a Câmara Municipal têm o direito de fazer verificar o contador nas instalações de ensaio da Câmara Municipal, ou em outras devidamente credenciadas, quando o julguem conveniente, não podendo nenhuma das partes opor-se a esta operação, à qual o consumidor ou um terceiro da sua confiança podem sempre assistir.

2 — A verificação extraordinária a pedido do consumidor só se realizará depois de o interessado depositar na tesouraria da Câmara Municipal a importância estabelecida para o efeito, fixada na tabela de taxas e tarifas, a qual será restituída no caso de se comprovar o mau funcionamento do contador.

3 — Nas verificações dos contadores, os erros admissíveis serão os previstos na legislação em vigor sobre controlo metroológico dos contadores para água potável fria.

4 — Quando forem detectadas anomalias no volume de água medido pelo contador, a Câmara Municipal corrigirá as contagens efectuadas tomando como base de correcção a percentagem de erro verificado, no período de seis meses, anteriores à substituição do contador, relativamente aos meses em que o consumo se afaste mais de 25% do valor médio relativo.

Artigo 35.º

Inspecção de contadores

Os consumidores são obrigados a permitir e facilitar a inspecção dos contadores ao pessoal devidamente identificado e credenciado pela Câmara Municipal, dentro do horário normal de trabalho ou em horário a acordar entre aquela entidade e o consumidor.

CAPÍTULO VI

Tarifas e cobranças

Artigo 36.º

Exigibilidade do pagamento

1 — Compete aos consumidores o pagamento da tarifa de aluguer de contador e do consumo de água.

2 — O pagamento das importâncias constantes das facturas de consumo de água é exigido pela seguinte ordem:

- a) Consumidor outorgante no contrato de fornecimento com a Câmara Municipal;
- b) Fiador.

Artigo 37.º

Tarifa de aluguer de contador

A tarifa de aluguer de contador será estabelecida em função dos calibres dos contadores instalados, de acordo com os preços constantes da tabela de taxas e tarifas.

Artigo 38.º

Leituras dos contadores. Reclamações. Restituição de importâncias

1 — As leituras dos contadores serão efectuadas periodicamente por funcionários da Câmara Municipal, devidamente credenciados para o efeito, sendo a periodicidade das leituras fixada e posteriormente divulgada pela Câmara Municipal com recurso aos meios que esta considere mais adequados para informar o consumidor.

2 — Quando a contagem não traduzir um número inteiro, será a mesma arredondada para o metro cúbico imediatamente superior.

3 — Sempre que o consumidor se ausente do seu domicílio na época habitual de leituras, deverá fornecer à Câmara Municipal a contagem do aparelho de medida que lhe está afecto.

4 — O disposto nos números anteriores não dispensa a obrigatoriedade de, pelo menos, duas leituras anuais.

5 — Não se conformando com o resultado da leitura, o consumidor procederá ao pagamento da importância em causa, podendo apresentar a devida reclamação dentro do prazo de cinco dias após dela ter tomado conhecimento. A reclamação do consumidor contra a conta apresentada não o exime da obrigação do seu pagamento nos prazos regulamentares, sem prejuízo da restituição das diferenças a que posteriormente se verificar que tenha direito.

6 — No caso de a reclamação ser julgada procedente, haverá lugar ao reembolso da importância indevidamente cobrada.

7 — Poderá a Câmara Municipal, na presença do reclamante e caso disponha de elementos que lhe permitam confirmar de imediato a existência de lapso, do qual tenha resultado processamento de quantia diferente da que é efectivamente devida pelo consumidor, emitir nova factura pela importância correcta logo que a reclamação tenha sido apresentada em tempo útil para esse efeito, sem o que a situação será regularizada nos termos do número anterior.

8 — Quando não puder ser lido o contador, devido a ausência do consumidor ou por qualquer outro motivo não imputável à Câmara Municipal, o pessoal por esta credenciado deixará no local onde o consumo de água efectivamente se verifica um postal de auto-leitura que o consumidor deverá enviar ou entregar nos serviços competentes, devidamente preenchido.

9 — Poderá ainda o consumidor, não dispondo daquele postal, comunicar a leitura do contador à Câmara Municipal por qualquer outro meio ao seu alcance, sempre que identifique com clareza o seu número de consumidor.

10 — A Câmara Municipal não assumirá qualquer responsabilidade por eventuais erros de leituras recebidas nos seus serviços com base em informação do consumidor.

11 — O consumidor fica obrigado a permitir o normal acesso ao contador ao pessoal credenciado pela Câmara Municipal para a recolha de leituras, periódicas ou extraordinárias, estas a efectuar sempre que a Câmara Municipal o tenha por conveniente.

Artigo 39.º

Leitura do contador não lógica. Avaliação da contagem

1 — Quando, por motivo de comprovada irregularidade de funcionamento do contador, a leitura deste não deva ser aceite, o consumo será avaliado:

- a) Pelo consumo de igual mês do ano anterior;
- b) Pela média dos dois meses anteriores se no mês correspondente do ano anterior não tiver havido consumo;
- c) Pela média dos dois meses subsequentes, na falta dos consumos referidos nas alíneas anteriores.

2 — O disposto no número anterior poderá aplicar-se também quando, por motivo imputável ao consumidor, não tenha sido efectuada a leitura.

Artigo 40.º

Tarifário do consumo de água

O tarifário correspondente ao consumo de água, aprovado nos termos legais, é o constante da tabela de taxas e tarifas.

Artigo 41.º

Facturação de consumos e cobranças

1 — A facturação — a emitir sob responsabilidade da Câmara Municipal, obedecerá aos valores dos consumos, os quais

serão sempre tidos em conta na facturação posterior, bem como na aplicação do disposto no artigo 41.º deste Regulamento. Os prazos de pagamento serão os que constarem na factura emitida.

2 — As modalidades e locais de pagamento serão os que se encontrarem aprovados pela Câmara Municipal, que promoverá a sua divulgação pública.

Artigo 42.º

Pagamento do consumo de água

1 — O pagamento do consumo de água efectua-se no mês imediato àquele a que o consumo se refere.

2 — O consumidor toma conhecimento do seu consumo mensal de água através da apresentação de um recibo que o técnico cobrador da Câmara Municipal lhe entrega no seu domicílio ou, no caso do consumidor não se encontrar no seu domicílio, através da factura/aviso que o técnico deixará na morada de consumo, ou que lhe será enviada por via postal.

3 — Após a data limite de pagamento referida na factura/aviso, a Câmara Municipal pode promover a cobrança coerciva das quantias em dívida, acrescidas de juros de mora à taxa legal.

Artigo 43.º

Falta de pagamento dos consumidores

1 — É legítima a interrupção do fornecimento de água por motivo de não pagamento pelos consumidores de quantias em dívida para com a Câmara Municipal e directamente relacionadas com esse consumo.

2 — Não é, porém, legítima, a interrupção de fornecimento de água antes de decidida uma eventual reclamação da leitura do consumo de água por parte do consumidor.

Artigo 44.º

Reestabelecimento da ligação

Pelo reestabelecimento da ligação do fornecimento de água, será cobrada a importância prevista na tabela de taxas e tarifas.

CAPÍTULO VII

Coimas

Artigo 45.º

Contra-ordenações

1 — A violação do disposto no presente Regulamento, constitui contra-ordenação punível com coima, nos seguintes casos:

- a) Utilização das bocas de incêndio sem o consentimento da Câmara Municipal;
- b) Danificação ou utilização indevida de qualquer instalação, acessório ou aparelho de manobra das canalizações das redes gerais de distribuição;
- c) Consentimento ou execução de canalizações interiores sem que o seu projecto tenha sido aprovado nos termos regulamentares ou introdução de modificações nas canalizações interiores já estabelecidas e aprovadas, sem prévia autorização da Câmara Municipal;
- d) Quando for modificada a posição do contador ou violados os respectivos selos ou se consinta que outrem o faça;
- e) Quando os técnicos responsáveis pelas obras de instalação ou reparação de canalizações interiores transgredirem as normas deste Regulamento ou outras em vigor sobre fornecimento de água;
- f) Quando os técnicos a que se refere a alínea anterior aplicarem nessas instalações qualquer peça que já tenha sido usada para outro fim ou ligarem o sistema de distribuição de água potável para outro sistema de distribuição de água ou de águas residuais, ou consentirem nessas operações;
- g) Consentimento ou execução de qualquer modificação na canalização entre o contador e a rede geral de distribuição ou emprego de qualquer meio fraudulento para utilizar água da rede sem a pagar;
- h) Assentamento de uma canalização de esgotos sobre uma canalização de água potável;

- i) Oposição dos consumidores a que a Câmara Municipal exerça, por intermédio de pessoal por si credenciado, a fiscalização do cumprimento deste Regulamento e de outras normas que regulem o fornecimento de água.

2 — Constitui ainda contra-ordenação punível com coima a violação das seguintes disposições do presente Regulamento: n.º 3 do artigo 7.º, n.º 1 do artigo 13.º, artigo 18.º, n.º 2 do artigo 19.º e artigo 20.º.

3 — A competência para a aplicação das coimas e instrução dos respectivos processos, é da Câmara Municipal.

Artigo 46.º

Coimas

1 — Às contra-ordenações, previstas nas alíneas c) e h) do artigo anterior, são aplicáveis as coimas previstas no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro, podendo ainda o transgressor ser obrigado a efectuar o levantamento das canalizações no prazo máximo de oito dias, sob pena de, não o fazendo, a Câmara Municipal proceder ela própria a esse levantamento, tudo a expensas do transgressor.

2 — A violação do disposto no n.º 3, do artigo 7.º será punida com coima de 5000\$ a 10 000\$.

3 — A violação do disposto no n.º 1 do artigo 13.º será punida com coima de 10 000\$ por cada prédio ou fracção.

4 — A violação do disposto no artigo 18.º será punida com coima de 50 000\$ a 500 000\$.

5 — A violação do disposto no artigo 19.º, n.º 2.º, será punida com coima de 10 000\$ a 50 000\$.

6 — A violação do disposto no artigo 20.º será punida com coima de 10 000\$ a 50 000\$.

7 — As restantes contra-ordenações previstas no presente Regulamento são puníveis com coimas de montante variável entre 5000\$ e 500 000\$.

8 — Tratando-se de pessoa colectiva, os montantes mínimos e máximos das coimas previstas no presente Regulamento serão sempre elevados para o dobro.

Artigo 47.º

Do produto das coimas

O produto das coimas previstas neste Regulamento constitui receita da Câmara Municipal na sua totalidade.

Artigo 48.º

Responsabilidade civil e criminal

O pagamento da coima, não isenta o transgressor da responsabilidade civil por perdas e danos nem de qualquer procedimento criminal a que der motivo.

Artigo 49.º

Incapacidade legal do infractor

Quando o infractor das disposições deste Regulamento for legalmente incapaz, responderá pela coima aplicada o seu responsável legal.

CAPÍTULO VIII

Disposições diversas

Artigo 50.º

Abrangência do presente Regulamento

A partir da entrada em vigor do presente Regulamento reger-se-ão por ele todos os fornecimentos e ligações abrangidos pelo seu âmbito, incluindo os contratos anteriormente celebrados com a Câmara Municipal.

Artigo 53.º

Reclamações contra actos ou omissões da Câmara Municipal

1 — Qualquer interessado poderá reclamar, por requerimento apresentado nos serviços competentes da Câmara Municipal, contra actos ou omissões por ela praticados quando os considere em oposição com as disposições deste Regulamento.

2 — O requerimento, de que será sempre passado recibo em duplicado, deverá ser apresentado no prazo de 10 dias a contar do acto ou omissão reclamados e será despachado em igual prazo, contado da data da recepção, pela Câmara Municipal.

3 — Do despacho proferido, que será comunicado ao reclamante por carta registada, poderá recorrer o interessado, nos termos legais.

4 — A reclamação não tem efeito suspensivo, salvo despacho em contrário proferido pela Câmara Municipal.

Artigo 54.º

Omissões deste Regulamento

Em tudo o que este Regulamento for omissivo será aplicável o Decreto Regulamentar n.º 23/95 (Regulamento Geral de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais), na matéria respeitante ao serviço de água.

Artigo 55.º

Contencioso

Os litígios entre a Câmara Municipal e o consumidor que não possam ser resolvidos amigavelmente serão resolvidos através dos meios legais de contencioso.

Artigo 56.º

Fornecimento de exemplares deste Regulamento

Será fornecido um exemplar deste Regulamento a todas as pessoas que o desejem, mediante o pagamento da quantia correspondente ao seu custo.

Artigo 57.º

Entrada em vigor

Este Regulamento entra em vigor 10 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ

Aviso n.º 5854/99 (2.ª série) — AP. — *Contratos de trabalho a termo certo.* — Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 12 Julho de 1999, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo ao abrigo da alínea a) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pelo período de seis meses, início a 12 de Julho de 1999, com Artur Costa, motorista de pesados.

12 de Julho de 1999. — O Presidente da Câmara, *Jorge Codinha Antunes Barroso*.

Aviso n.º 5855/99 (2.ª série) — AP. — *Contratos de trabalho a termo certo.* — Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 19 de Julho de 1999, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo ao abrigo da alínea d) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pelo período de 12 meses com início a 1 de Agosto de 1999, com Maria João Fernandes Oliveira Cristão, técnico superior de 2.ª classe, arquitecta.

20 de Julho de 1999. — O Presidente da Câmara, *Jorge Codinha Antunes Barroso*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Aviso n.º 5856/99 (2.ª série) — AP. — *Contratação de pessoal a termo certo.* — Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, de harmonia com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo, ao abri-